HOSPITAL OU PRISÃO PARA LOUCOS – AS TRANSFORMAÇÕES NO MAIOR HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO INICIO DA DÉCADA DE 30

Jucilandio Cordeiro de Sousa

RESUMO: Este trabalho traz um breve relato das transformações estruturais realizadas no Hospital da Tamarineira, no início da década de trinta, mais precisamente na gestão do médico Ulysses Pernambucano (1931-1935). Época em que o manicômio sofreu mudanças não só estruturais, mas também sociais, mudanças essas que foram possíveis em decorrência da edição do decreto Nº 26 de 1931, criando a divisão de Assistência a Psicopatas. Segundo o psiquiatra Heronides Coelho Filho, no seu Livro: A Psiquiatria no País do Açúcar, as realizações acontecidas no referido hospital foram uma verdadeira revolução no tratamento aos loucos do Estado de Pernambuco. Um dos principais responsável por tais mudanças é o médico Ulysses Pernambucano, que enfrentou problemas políticos e econômicos para colocar suas ideias em prática. O artigo é dividido em três partes: A evolução do estudo da loucura; A saga sofrida pelos loucos no Brasil e em Pernambuco; e as mudanças advindas do Decreto N°26.

PALAVRAS-CHAVE: Psicopatas. Manicômios. Ulysses Pernambucano.

A EVOLUÇÃO DO ESTUDO DA LOUCURA

A questão da loucura é um tema bastante antigo. Ela nem sempre era vista com um enfoque médico. O conceito de loucura foi mudando no decorrer do tempo. Ela é encarada como uma experiência social, o seu conceito irá depender de como cada sociedade a encara dentro de sua época. Um exemplo é o da Grécia Antiga, onde a loucura era vista como uma manifestação de divindades. Ou seja, o conceito da loucura irá depender do modelo em que determinada sociedade segue. Houveram épocas, como no início do século XVII, que a loucura passou a ser vinculada à maldade, e o louco considerado uma figura animalesca, que representava um perigo para toda a sociedade.

Foucault no seu livro: A história da loucura na idade clássica, começa relatando a existência de uma embarcação chamada “Nau dos loucos” que transportava os insanos pelas águas da Europa. Os loucos tinham uma existência facilmente errante, frequentemente as cidades da Europa viam essas naus de loucos atracarem em seus

portos, ou seja, era uma pratica bastante usual por parte dessas cidades europeias. Essa prática, povoou o cotidiano daqueles que viviam no século XVI, época em que existia o modelo de sociedade que excluía aqueles que não se adequavam aos costumes tidos como corretos do período. Ainda segundo o escritor francês, o sentido em que os alienados tinham, na idade média, era composto por significações políticas, sociais, religiosas, econômicas e morais, que dizem respeito provavelmente a certas estruturas existenciais do mundo clássico. Os loucos não eram colocados para fora das cidades de modo sistemático. É possível fazer uma suposição de que apenas os loucos estrangeiros eram escorraçados, escolhendo, a cidade, apenas aqueles que são seus cidadãos. Mas haviam cidades que acolheram grande número de loucos, mais do que comportaria tais cidades.

No entanto, o tratamento a esses loucos, eram feitos da seguinte forma: eram alojados e mantidos pelo orçamento da cidade, mas não eram cuidados adequadamente, eram pura e simplesmente jogados na prisão. Foucault relata a possibilidade de que em certas cidades importantes, os insanos eram levados por mercadores e marinheiros, em grande número, e que eles eram ali deixados, livrando-se assim, as cidades de onde eram originários.

A partir do século XVII, no período da "grande internação", como era chamada essa época, houve grande segregação de pessoas nas instituições correcionais, em hospitais e asilos, através de grande repressão policial, onde a liberdade de uma grande massa de indigentes, delinquentes, vadios, desempregados e loucos era tolhida.

Desde o início, é a igreja, a instituição responsável pelo "tratamento" dado aos loucos, pois era a visão religiosa que imperava no início dos séculos. Pois nessa época a loucura era relacionada à maldade, e o louco considerado um animal embrutecido, tendo uma ferocidade natural, sendo um perigo para a sociedade como um todo.

Mas na metade do século XVIII, a política de confinamento sofreu questionamentos, especialmente por parte dos internos que não apresentavam um quadro de alienação clínica e temiam riscos advindos da convivência com os loucos.

Com o nascer da industrialização, apareceram novas necessidades na política econômica, as instituições de reclusão passaram a ser vistas como limitadas, até porque elas não resolviam problemas sociais. Foi nesse momento que surgiu a separação do "pobre válido e pobre inválido", sendo que o primeiro deveria ser introduzido como mão de obra e o segundo, um peso morto para a sociedade.

O LOUCO NO BRASIL

O mestre Juliano Moreira afirmou em seu trabalho de 1905 que seria utópico, esperar que os portugueses fossem os primeiros povos a tratar convenientemente os insanos. E que os que para cá emigraram além de poucos, se preocupavam com os sonhos de riqueza. Mas antes da chegada da família imperial ao Brasil, é sabido que a assistência aos doentes era extremamente precária. Os cuidados com a saúde eram feitos por curandeiros de todas as religiões, inclusive sacerdotes católicos, pois os médicos formados eram raríssimos e serviam principalmente aos mais importantes cidadãos do local, e só eram encontrados nos centros mais desenvolvidos. Naquela época o saber médico-psiquiátrico era quase inexistente.

Era sabido que no Brasil colônia foram as casas de Misericórdia quase as únicas a se preocupar com o socorro ao indigente, criando hospitais e albergues, onde os menos favorecidos da sorte pudessem encontrar alívio para as dores do corpo. Mas quanto aos insanos, o seu tratamento era quase insipiente ou quase nulo. Antes, os asilos, hospícios ou hospitais, eram os locais de hospedagem para aqueles desvalidos que dependiam da caridade, como os órfãos, os recém-nascidos abandonados, os mendigos e os loucos, tais lugares poderiam ter algum tipo de assistência médica, mas de forma precária, mas a sua principal intenção era dar abrigo aos necessitados além de um conforto religioso.

Em todo o período colonial, os alienados foram tratados de acordo com suas posses, pois não haviam instituições ligadas ao tratamento da loucura. Os loucos de família rica, caso fossem tranquilos, eram tratados em domicilio e às vezes, enviados para serem tratados nas melhores instituições especializadas da Europa. Caso fossem

agitados, eram colocados em algum cômodo separado do resto da casa, soltos ou amarrados, de acordo com a sua agitação. Já os insanos pobres tranquilos, vagavam pelas cidades à mercê das galhofadas das crianças. Os insanos pobres agitados, eram recolhidos às cadeias, onde eram barbaramente amarrados e com péssimas condições de alimentação, onde por muitas vezes faleciam. Só mesmo na primeira metade do século XIX foram os insanos recolhidos aos hospitais, em vez de serem trancados em cadeias públicas ou em casa, mas isso não diminuiu os sofrimentos dos desgraçados.

Com a vinda da corte de D. João VI, houve um rápido crescimento populacional do Rio de Janeiro, com isso consequentemente houve também um acréscimo de caso de alienação metal. Os desgraçados eram enviados às horrorosas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, instituição encarregada à saúde da população existente, mas que não tinha especialidade em tratamentos aos insanos. Grandes foram os serviços prestados por D. João VI, visando a modernidade da colônia, mas dos pobres alienados ninguém se atentou para eles. Tendo o mesmo acontecido com D. Pedro I, mesmo tendo este os vistos nas masmorras da misericórdia, mas nada fez por eles. Só em 1840, com relatório do diretor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, o senhor José Clemente Pereira, que mencionou a necessidade crucial de construir um hospital especializado para o tratamento da insanidade humana.

O Brasil nessa época já possuía algum saber médico – psiquiátrico, que seguia o modelo do psiquiatra francês Philip Pinel e Esquirol. Nessa época quem governava o Brasil era D. Pedro II, que se compadeceu dos infelizes, e assinou o Decreto de nº 82 em 18 de junho de 1841. Decreto este que versava sobre a criação do primeiro hospital psiquiatra do Brasil, que recebeu o nome de Hospício Pedro II, sendo inaugurado em dezembro de 1852. Foi inaugurado como parte da comemoração da Maioridade do Imperador Pedro II, sendo moderno para a época, pois seguia o modelo francês e servia de paradigma para os demais hospitais que o seguiram. Posteriormente com advento da Republica o hospital passou a ser chamado de Hospício Nacional dos Alienados.

O LOUCO EM PERNAMBUCO

Em 1802 ou 1804, foi inaugurado o Hospital para os pobres da Ribeira, tendo sido fundido com o Hospital dos Lázaros recebendo o nome de São Pedro de Alcântara em 1828.

Era no denominado Grande Hospital, que os alienados pernambucanos eram alojados em quartos, desde época incerta. O Hospital da Caridade da Misericórdia funcionou até 1845 no Convento dos Carmelitas, depois foi transferido para um local chamado Casa dos Coelhos até 1861, onde os alienados eram separados dos demais doentes comuns em um cômodo pequeno e sujo. Foi quando em 1861 os outros doentes foram transferidos para um setor acabado do novo hospital denominado Hospital D. Pedro II. Na velha Casa dos Coelhos, restando somente os alienados que lá ficaram até 1864, onde foram levados para o hospício de Olinda, também conhecido como Visitação de Santa Isabel, que funcionava em uma parte da Igreja da Misericórdia de Olinda. Em 1874, tendo em vista que o hospício de Olinda se encontrava ineficiente e inadequado, foi lançada a pedra fundamental da Tamarineira. Foi através do esforço do presidente da Província Henrique Pereira de Lucena que tomou para si a tarefa de levantar recursos para construção de um novo hospício.

Com a inauguração do Hospital da Tamarineira em 1º de janeiro de 1883, ainda com obras inacabadas, foram transferidos 87 pacientes entre homens e mulheres. Na véspera da inauguração, os pacientes do hospital da Visitação de Santa Isabel, foram transferidos caminhado a pé até o Carmo, depois pegaram um trem até a Encruzilhada, freguesia do Recife, e de lá seguiram a pé até o novo hospício.

DECRETO 26

Com a vitória da Revolução de 1930 veio ao poder em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti (primeiro como interventor, depois como governador). Foi nesse período que houve a mudança do nome do Hospício de Alienados para Hospital de Doenças Nervosas e Mentais. Aquela ideia de confinar um louco num lugar onde o mesmo, separado da família e da sociedade, pudesse, sem perigo para os outros e para si

mesmo, ia terminar os seus últimos dias melancolicamente. O que se perseguia, neste momento da história do hospital, era proporcionar ao paciente um ambiente adequado à sua recuperação mental, além do equilíbrio psíquico e a reintegração social.

A consequência da transferência do nosocômio das mãos da santa Casa de Misericórdia para a gerência do Estado, deu margem para transformar o velho casarão numa verdadeira escola, num verdadeiro campo de pesquisas para os estudiosos da área mental.

De acordo com o psiquiatra e pesquisador, Heronides Coelho Filho, a transferência para o governo, deu-se por obra de três grandes personalidades pernambucanos: o governador Sérgio Loreto, Amauri de Medeiros e Ulysses pernambucano de Melo.

O referido governante se certificou em selecionar valores humanos gabaritados para dirigir os vários setores da administração. Estando impressionado com elevado número de insanos internados no único hospital de alienados então existente, resolveu convocar Ulysses Pernambucano para dirigir o nosocômio. Diante de tal encargo, o médico psiquiatra organizou o Serviço de Assistência a Psicopatas, subordinado à Secretária de Justiça e Negócios. Ocorre que em 1º de janeiro de 1931 o Decreto de nº 26 do interventor Carlos de Lima Cavalcanti criou a Divisão de Assistência a Psicopatas que compreenderia, segundo seu Art. 2º: I - Serviços para Doentes Mentais Não Alienados: a) ambulatório; b) hospital aberto; II – Serviços para Doentes Mentais Alienados: a) hospital para doenças agudas; colônia para doentes crônicos; III – Manicômio Judiciário. IV – Serviço de Higiene Mental: a) serviço de prevenção das doenças mentais; b) instituto de psicologia.

Quanto a colônia de alienados, a mesma alcançava altos números de pacientes em atividades ocupacionais (perto dos 90%). Lá era necessária a assistência familiar aos doentes e ensaiada a heterofamiliar que funcionava na cidade de Barreiros. Havia a conciliação de uma praxiterapia intensiva com os aspectos econômicos laboral, sendo a renda revertida em favor dos pacientes, ocasionando assim uma melhor condição nos tratamentos. A praxiterapia respeitava tudo que podia ser caracterizado na

personalidade do doente, ajudando-o no seu desenvolvimento de acordo com sua energia.

Inspirou-se então em um modelo de assistência que rompia frontalmente com a tradição custodial, que concedia primazia ao hospital, conferindo prioridade as atividades preventivas e comunitárias, baseadas numa integração multidisciplinar. Com essas mudanças surgia o primeiro serviço aberto autônomo criado no Brasil.

O serviço de higiene mental tinha a finalidade puramente preventiva, direcionado para a divulgação de modelos de educação neuro-higiências da população, e também para o conhecimento da realidade psicopatológica da região. A importância desse serviço era tamanha que a partir de 1933, foi editado e distribuído de forma gratuita um boletim de higiene mental, destinado à educação da população pernambucana, para a saúde mental, boletim esse que perdurou por vários anos.

Com esse trabalho realizado por Ulysses Pernambucano, desenvolveu-se uma atividade precursora e pioneira que ultrapassaria de muito sua própria geração, perpetuando-se com características de perenidade, nas palavras de Othon Bastos. Talvez o personagem mais importante da psiquiatria pernambucana, um homem à frente da sua época. A atuação do mestre extrapolou não apenas os muros do Hospital, mas as fronteiras do Brasil, sendo considerado o pioneiro da América Latina na área de prevenção, psiquiatria comunitária e social.

A divisão de assistência a psicopatas identificou todos os aspectos do problema, desde a assistência a psicopatas agudos e crônicos, até ao pequeno psicopata com o ambulatório e hospital aberto. Como também não esqueceu do cuidado com os loucos criminosos, e também com a profilaxia através com o Serviço de Higiene Mental, tendo sido inclusive, criado por Ulysses Pernambucano a Liga Pernambucana de Higiene Mental, em 1933. A liga oferecia inúmeras palestras sobre alcoolismo, conferências médicas em colégios, quarteis, teatros além de debates realizados semanalmente na Rádio Clube.

O Serviço Aberto, foi posto em prática em 1932, inicialmente no ambulatório do hospital psiquiátrico e depois no Hospital Correia Picanço. O referido

serviço era dividido em dois setores: um setor tratava dos pacientes que podiam permanecer junto a seus familiares e outro voltado para a internação daqueles que precisavam de atendimentos terapêuticos especializados.

Aos que frequentavam o Serviço de Higiene Mental, eram ministrados ensinamentos de como deveria cuidar do paciente com o distúrbio mental e os meios para combater tal distúrbio. Uma das preocupações dos psiquiatras da época, era com o alcoolismo, a sífilis e o "baixo espiritismo". No ambulatório era realizada pesquisas psicológicas para identificar os diagnósticos e de medir a inteligência através de testes psíquicos.

Enfim, com a criação da Divisão de Assistência a Psicopatas, o tratamento aos loucos do estado de Pernambuco tornou humanizado, intento este perseguido pelo médico-administrador, desde a sua primeira incursão no referido hospital, no início do século XX. O tratamento aos insanos sofreu revoluções e involuções na sua existência, mas foi na gestão de Ulysses, principalmente na segunda gestão (1930-1935) que cresceu a qualidade terapêutica e estrutural, tornando hospital referência da região, chamando a atenção inclusive da impressa local que sempre noticiava os avanços do nosocômio. O Hospital da Tamarineira atualmente chamando de Hospital Ulysses Pernambucano (em homenagem ao grande médico), é a representação histórica da existência da psiquiatria pernambucana, principalmente hoje, em pleno século XXI, onde recentemente o governo municipal declarou que irá transforma-lo em um parque. Disso fica a seguinte pergunta: o que será feito do imponente hospital?

REFERÊNCIAS

FILHO, Heronides coelho. A psiquiatria no pais do açúcar. João Pessoa, 1977.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura.9ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BASTOS, Othon. História da Psiquiatria: em Pernambuco e outras Histórias. São Paulo: Lemos Editorial, 2002.

MOREIRA, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. 1905

ALVES, Gerlane Farias. O poder pertence ao estado: O controle da loucura na Parahyba oitocentista (1830-1892). * Universidade Federal da Paraíba. Mestranda do programa de Pós-graduação em História (PPGH) com bolsa CAPES.

MIRANDA, Carlos A. Cunha. Quando a razão começa a julgar a loucura: A institucionalização do Sistema em Pernambuco. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.2010.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Cárcere da mente: algumas experiências de homens internados no hospital de alienados de Pernambuco no Estado Novo

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. 2005.

HUTZLER, Celina Ribeiro. Ulysses Pernambucano: Psiquiatra Social. 1987.

LEMOS, Jane. Breve visão histórica: Psiquiatria e assistência psiquiátrica. http://ampare-pe.com.br/wp/2019/03/16/breve-visao-historica-psiquiatria-e-assistencia-psiquiatrica-jane-lemos/

MIRANDA-SÁ JR, Luiz Salvador de. Breve histórico da psiquiatria no Brasil: do período colonial à atualidade. Ver. Psiquiatr RS. 2007.

PICCININI, Walmor João. História da Psiquiatria: A psiquiatria Pernambucana à luz de suas publicações. Setembro d.ke 2017.